

CONSIDERAÇÕES SOBRE O PROCESSO DE TRABALHO DO SERVIÇO SOCIAL NOS ESPAÇOS DA SAÚDE MENTAL

Glacielli Thaiz Souza de Oliveira¹
Conceição Silva²
Edileia Mendes³
Fernanda Lima⁴
Michelle Barbara dos Santos⁵

Resumo

O Serviço Social surgiu no Brasil, como profissão regulamentada, a partir da metade da década de 1930. Nas décadas seguintes, a atuação dos profissionais dessa área, referente à saúde mental, ocorreu em hospitais psiquiátricos e desempenhavam a função de assegurar o isolamento, a segregação do indivíduo. Com a Reforma Psiquiátrica, em 1970, surgiu um novo olhar para o tratamento dos transtornos e, também, a ampliação da atuação dos profissionais do Serviço Social. Surge, então, o CAPS (Centro de Atendimento Psicossocial), uma referência no atendimento aos transtornos, através de uma equipe multidisciplinar composta por diferentes profissionais, entre eles, o assistente social. A atuação do profissional do Serviço Social está embasada nos parâmetros e também na Reforma Psiquiátrica; ele deve acompanhar e definir ações de tratamento com a equipe, a família e a sociedade, sendo um importante elo. A presente pesquisa traz algumas considerações sobre a Reforma e a atuação do profissional do Serviço Social. Para tal, sintetiza-se as informações de documentos e estudos publicados sobre o assunto, sendo, portanto, uma pesquisa bibliográfica.

Palavras-chave: Saúde Mental. Serviço Social. Processo de Trabalho.

1 Introdução

A Reforma Psiquiátrica está alicerçada no Sistema Único de Saúde (SUS) e seus princípios norteadores são: a saúde, como direito fundamental e dever do Estado, com ênfase no acesso universal para atenção em saúde mental, com base na integralidade, intersetorialidade, equidade, universalidade, igualdade e controle social.

Para o tratamento e reinserção social de pessoas com transtornos mentais graves foram criados os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS); tais centros são unidades especializadas em saúde mental e oferecem atendimento por uma equipe multiprofissional, composta por médicos, assistentes sociais, psicólogos, psiquiatras, entre outros especialistas. Os CAPS têm como função promover a inserção social das pessoas com transtornos mentais, por meio de ações intersetoriais, além de regular a porta de entrada de rede de assistência em saúde mental na sua área de atuação — prestando suporte à atenção em saúde mental na rede básica.

¹ Professora do curso de Serviço Social na UNINTER; Mestre em Tecnologia e Sociedade (2017); Doutoranda em Tecnologia e Sociedade (2021). E-mail: glaciellis@hotmail.com.

² Estudante do 8º período do curso de Serviço Social na UNINTER; participante do grupo de pesquisa A Pluralidade no Serviço de Acolhimento Institucional e Familiar de Crianças e Adolescentes no Paraná: Gênero, Raça e Diversidade – UNINTER. E-mail: con.social15@gmail.com.

³ Estudante do curso de Serviço Social – UNINTER. E-mail: edileia.smendes@hotmail.com.

⁴ Estudante do curso de Serviço Social – UNINTER. E-mail: fernandacristinadelimaleite@gmail.com.

⁵ Estudante do curso de Serviço Social – UNINTER. E-mail: michellebarbaradossantos2001@gmail.com.

O processo de trabalho em saúde mental está pautado em uma concepção ampliada de saúde com base no SUS, implicada em uma relação com o contexto econômico, social e cultural do país; ou seja, abrange-se situações de moradia, saneamento, renda, alimentação, educação acesso ao lazer e bens. “Essa nova concepção tem o intuito de estabelecer canais de democratização dos saberes profissionais, bem como das informações acerca do processo de saúde/sofrimento psíquico.” (SCHEFFER; SILVA, 2014, p. 367 apud MACHADO, 2009). Justificamos a importância do estudo a partir de nossas observações no trabalho no CAPS, onde há dificuldades na inserção social e na saída/alta dos usuários. Nesse sentido, precisamos investigar a temática da saúde mental, com o intuito de criar propostas cotidianas efetivas em consonância com a Reforma Psiquiátrica e o Projeto Ético-político Profissional.

O objetivo desta pesquisa é identificar os desafios enfrentados pelo assistente social desde a Reforma Psiquiátrica, que ocorreu a partir de 1970. A reforma ocorreu através de um movimento de trabalhadores de saúde mental, que organizou as ideias e propôs objetivos relacionados com a melhoria da rede ambulatorial e de saúde mental; entre elas, a expansão de rede ambulatorial em saúde com equipes multiprofissionais de saúde mental. A proposta indicou a necessidade da atuação de profissionais como: psiquiatras, psicólogos e assistentes sociais e, se necessário, enfermeiros, terapeutas ocupacionais e fonoaudiólogos.

A intersetorialidade, através da articulação saúde-mental-cultura, é muito potente na construção de parcerias com outros grupos sociais, na conquista de outro lugar para a loucura no âmbito social. Serviços e políticas públicas norteadas pela atenção psicossocial devem priorizar a intersetorialidade como uma estratégia fundamental na construção de projetos de saúde, solidariedade e participação social, o que torna os sujeitos ativos na produção de saúde (SEVERO; DIMENSTEIN, 2011).

A importância desta pesquisa, para nós estudantes de Serviço Social, advém da possibilidade de trabalharmos as múltiplas expressões da questão social — nas esferas públicas e privadas — com as gestões de políticas sociais, planejamentos, formulações e avaliação de programas e projetos.

É importante estudar e pesquisar essa temática, pois a importância do Serviço Social na saúde cresceu, ainda mais, com a inclusão dos usuários e familiares nas políticas, ações de cidadania e de direitos do sujeito e na questão social que o usuário e sua família vivenciam.

A contribuição que a presente investigação oferece é a busca por melhorias no atendimento ao sujeito com transtorno mental, enquanto portador de direitos. O Serviço Social tem um papel diferenciado para complementar a equipe multidisciplinar no CAPS, pois promove na rede uma articulação de direitos sociais.

Foram utilizados os seguintes instrumentos no trabalho: pesquisas teórico-bibliográficas, problematização, pesquisas de textos, recortes, revistas e estado da arte.

2 O serviço social e o atendimento à saúde mental

O Serviço Social no Brasil surgiu, como profissão regulamentada no Brasil, a partir da metade da década de 1930. A atuação dos profissionais dessa área, nas décadas seguintes, ocorreu nos hospitais psiquiátricos, junto às equipes multidisciplinares que eram parte integrante da saúde mental. Nesse contexto, o objetivo pretendido era a segregação, isolamento e higienização da população.

Na década de 1970, com o fim do período militar, o Serviço Social apresenta uma mudança de paradigma quanto à compreensão da realidade social e seus modelos de intervenção. Tal mudança aconteceu devido à aproximação de outras bases teóricas, como as das Ciências Sociais.

No final da década, em 1978, inicia-se a Reforma Psiquiátrica, movimento social que defendia os direitos dos pacientes psiquiátricos no Brasil. Este movimento foi composto por diferentes segmentos sociais (trabalhadores da saúde, associações de familiares, sindicalistas, pessoas com históricos de internamentos, etc.) que tornavam públicas as denúncias de violências e abusos ocorridos no interior das instituições psiquiátricas, os manicômios. Diante destas denúncias, discutiu-se a necessidade de mudança no atendimento ao paciente psiquiátrico. A estrutura manicomial não atende às necessidades desses indivíduos, sendo ineficaz, extremamente desumana e incapaz de oferecer benefícios reais aos que ali seriam supostamente tratados.

A ideia de proporcionar um atendimento que promova a reinserção social, opondo-se ao atendimento manicomial, ganhou força na década de 80, o que promoveu mudanças significativas nas concepções práticas relacionadas à saúde mental.

De acordo com Valente (2004), neste período, ocorreu o surgimento do primeiro Centro de Atendimento Psicossocial - CAPS no Brasil, na cidade de São Paulo, em 1987; partia-se do princípio de atendimento ao indivíduo centrado na comunidade e não mais em leitos hospitalares.

A criação do SUS (Sistema Único de Saúde), em 1988, estabeleceu formalmente essas mudanças e abriu espaço para a participação do profissional de Serviço Social, uma vez que torna praticamente obrigatória a presença desses profissionais no apoio, planejamento e acompanhamento de tratamentos ao paciente psiquiátrico.

Em 1990, o Brasil torna-se signatário da *Declaração de Caracas*, que propôs aos países membros o compromisso de reestruturação da assistência psiquiátrica, o que ampliou o contingente de profissionais de Serviço Social nos serviços de saúde, como um todo. De acordo com Valente (2004):

Esses novos compromissos no contexto brasileiro se converteriam em novos elementos de mudanças na estrutura anteriormente vigente, tendo como um de seus desfechos a consolidação, já no século XXI, de uma nova Política de Saúde Mental que levaria, mais uma vez, a ampliações do contingente de profissionais oriundos do serviço social nos serviços de saúde e saúde mental como um todo (VALENTE, 2004, p. 4).

O profissional do Serviço Social deve promover e articular ações para garantir à população o acesso aos direitos previstos em lei. Assim, conforme descreve Valente (2004):

Participando de muitas das etapas do cuidado ao indivíduo, desde o planejamento e execução de ações de prevenção de riscos, até o acolhimento, a reabilitação e a reinserção social do indivíduo nos casos em que isto se faz necessário, sua presença é sempre importante e essencial (VALENTE, 2004, p. 4).

Assim, cabe ainda ao profissional de Serviço Social ser um agente de conscientização daqueles que estão em contato com seus cuidados, estimulando a utilização e reivindicação de melhores condições nos tratamentos disponíveis.

Valente (2004, p. 6) afirma que o profissional do Serviço Social é um importante elo entre a sociedade, família, paciente e equipe da saúde, uma vez que objetiva mudanças sociais e o acesso a bens e serviços, através do diálogo crítico, ao articular “recursos sociais, comunitários, familiares e individuais para a promoção e reabilitação do paciente e retorno ao seu contexto social”.

Valente (2004, p. 6) também aponta que o assistente social desenvolverá com o paciente e o meio social um trabalho de “reinserção no mundo do trabalho, a retomada de habilidades sociais, redescobertas culturais e desenvolvimento educacional”.

Ferreira e Araújo (2015) definem a atuação do assistente social na equipe multidisciplinar como fundamental, devido à sua experiência e conhecimento, contribuindo de forma enriquecedora no olhar “circular” e na intervenção “empática, acessível e resolutiva” junto ao paciente.

De acordo com os parâmetros estabelecidos pelo Conselho Federal de Serviço Social em 2009, a atuação dos assistentes sociais fica assim ordenada:

- 1) Atendimento direto aos usuários, através de ações socioeducativas e ações de articulação com a equipe de saúde;
- 2) Mobilização, participação e controle social;
- 3) Investigação, planejamento e gestão;
- 4) Assessoria, qualificação e formação profissional (CFESS, 2009).

Percebe-se, assim, a importância desse profissional para a reinserção social e a execução de políticas públicas que possam promover um atendimento de qualidade, com vistas à melhora do paciente, acompanhando-o em um sistema onde se privilegia a inserção social e não a segregação.

Nesse contexto, nota-se, também, que o profissional enfrenta diversos desafios para atingir os objetivos propostos.

Rizzotti (2010) aponta o uso de tecnologia e a padronização de procedimentos e controle da produtividade como um entrave na atuação do profissional de Serviço Social. Em seu estudo, afirma que muitos profissionais estão exercendo tarefas de alimentação de sistemas de informações e desenvolvendo ações prescritas, deixando de realizar um efetivo trabalho de intervenção que responda às necessidades dos pacientes de acordo com a realidade local.

De acordo com Iamamoto (2000):

O Serviço Social na contemporaneidade é muito mais do que título formal, pois sintetiza o desafio de decifrar os novos tempos para que deles possa ser contemporâneo. Exige-se um profissional qualificado, que reforce e amplie sua competência crítica; não só executivo, mas que pensa, analisa pesquisa e decifra a realidade. Alimentado por uma postura investigativa, o exercício profissional cotidiano tem ampliado as possibilidades de vislumbrar novas alternativas de trabalho neste momento de profundas alterações na vida em sociedade. O novo perfil que se busca construir é de um profissional afinado com análises e processos sociais, tanto em suas dimensões macroscópicas quanto em suas manifestações quotidianas; um profissional criativo e inventivo, capaz de entender o “tempo presente, os homens presentes, a vida presente” e nela atuar, contribuindo também, para moldar os rumos de sua história (IAMAMOTO, 2000, p. 49).

Por essa razão, é preciso buscar uma formação que vise à atuação, tendo em vista a autonomia profissional, consoante às necessidades sociais apresentadas; deve haver, também, a participação do profissional na elaboração de planejamentos e ações que possam contribuir para a melhoria do sistema de saúde.

3 Considerações finais

Diante do exposto, percebe-se a importância do profissional de Serviço Social para o planejamento e execução de ações que promovam a inserção social do paciente com transtornos mentais.

Para isso, o profissional participará ativamente de todo o processo de tratamento juntamente com a equipe multidisciplinar que acompanha o paciente; porém, o trabalho do profissional de Serviço Social fica muitas vezes restrito à execução de ações já prescritas e padronizadas, sendo esse um grande desafio na atuação profissional.

Cabe ao profissional de Serviço Social ser ativo, investigar, pensar e conhecer a realidade; assim, ele pode propor alternativas que atendam à necessidade apresentada pela sociedade e pelo paciente, sendo um elo mediador entre essas duas partes em tratamento.

Referências

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. DAPE. Coordenação Geral de Saúde Mental. **Reforma psiquiátrica e política de saúde mental no Brasil**. Brasília: OPAS, 2005. Disponível em:

https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/Relatorio15_anos_Caracas.pdf. Acesso em: 22 mar. 2021.

CFESS - Ministério da Saúde Reforma Psiquiátrica e política de saúde mental no Brasil.

Parâmetros para a Atuação de Assistentes Sociais na Saúde (Versão Preliminar) grupo de trabalho Serviço Social na saúde. Brasília: CFESS, 2009.

FERREIRA, A.B; ARAUJO, K.M.S. A importância do serviço social na assistência à saúde mental. **Periódico Científico Projeção, Direito e Sociedade**, v. 6, n.1, jun. 2105.

IAMAMOTO, M. V. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação** profissional. São Paulo: Cortez, 2000.

MACHADO, Graziela S. O trabalho do Serviço Social nos CAPS. **Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 8, n. 2, p. 241-254, jul./dez. 2009.

RIZZOTTI, M. L. A. O processo de implantação do SUAS: uma reflexão sob a ótica da gestão. **Argumentum**, v. 2, n. 2, p. 174-188, jul./dez. 2010

SCHEFFER, Graziela; SILVA, Lahana Gomes. Saúde mental, intersetorialidade e questão social: um estudo na ótica dos sujeitos. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 118, p. 366-393, jun. 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282014000200008&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 22 mar. 2021.

SEVERO, Ana Kalliny; DIMENSTEIN, Magda. Rede e intersetorialidade na atenção psicossocial: contextualizando o papel do ambulatório de saúde mental. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília, v. 31, n. 3, p. 640-655, 2011. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932011000300015&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 22 mar. 2021.

VALENTE, P. O Serviço Social: sua história e importância nos cuidados à saúde mental. **Blog Cenat**, 2004. Disponível em: <https://blog.cenatcursos.com.br/o-servico-social-sua-historia-e-importancia-nos-cuidados-a-saude-mental/> . Acesso em: 02 maio 2020.